

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE AVIS
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE
MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE**

Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se com início às catorze horas e trinta minutos, a reunião ordinária da Câmara Municipal de Avis sob a Presidência do Senhor Presidente, Nuno Paulo Augusto da Silva, e com a presença dos Senhores Vereadores, Rui Manuel Varela Barrento Henriques, Manuel João Casaca Ribeiro, António Luís Marques e José Ramiro da Silva Caldeira, com a seguinte Ordem do Dia:

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR (08/03/2017);
2. RESUMO DIÁRIO (DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS);
3. CORRESPONDÊNCIA:
 - a) ASRPICA: ALMOÇO DE ANIVERSÁRIO;
 - b) ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE PORTALEGRE: PEDIDO DE ESTÁGIO CURRICULAR;
 - c) HELDER CUSTÓDIO E LUÍS PIRRALHO: EXPEDIÇÃO AO MONTADO;
 - d) CRUZ VERMELHA PORTUGUESA/DELEGAÇÃO DE VALE DE CAMBRA: FÉRIAS ESCOLARES;
 - e) JOÃO CARLOS CASTRO MILHEIRAS: CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR, SELF-SERVICE E MINI-MERCADO DO PARQUE DE CAMPISMO;
4. AJUSTES DIRETOS;
5. DESPESAS;
6. PAGAMENTOS;
7. PROPOSTA PARA OFERTAS NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA;
8. EMPREITADA DE “INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DA ZONA HE3 DO PU DE AVIS - 2.^a FASE”/LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO;
9. EMPREITADA DE “CONVENTO DE S. BENTO - CONSERVAÇÃO DA CASA DO PRIOR-MOR/HOSPERARIAS”/TRABALHOS DE REPARAÇÃO;
10. EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE ALCÓRREGO”/TRABALHOS DE REPARAÇÃO;
11. COMISSÕES DE VISTORIA (OBRAS);
12. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS;
13. CANDIDATURA: “CURSOS E PERCURSOS DE ÁGUA - DO ENGENHO À NECESSIDADE - 1.^a FASE”;
14. PRÉVIA COMUNICAÇÃO ESCRITA - ARTIGO 36.º, LEI 107/2001:
 - 14.1. PERMUTA;
 - 14.2. DIVISÃO DE COISA COMUM;
15. CERTIFICAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO/EMPARCELAMENTO;

16. ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA DELIMITAÇÃO DA REN/CAVALINHOS FLORESTAL, S.A.;

17. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE/RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 20, EM BENAVIDA;

18. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE/RUA JOAQUIM DE FIGUEIREDO, N.ºs 7 E 9, EM AVIS;

19. CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR, SELF-SERVICE E MINIMERCADO DO PARQUE DE CAMPISMO DA ALBUFEIRA DO MARANHÃO.

C) PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foram tratados os seguintes assuntos:

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – QUESTÕES DIVERSAS

1.1 – Vereador Rui Henriques e Vereador José Ramiro Caldeira

1.1.1. Reunião do Conselho Municipal de Segurança

É importante transmitir o que foi discutido e decidido na reunião do Conselho Municipal de Segurança junto de todos os membros deste Órgão.

O Senhor Presidente informou que a reunião do Conselho Municipal de Segurança foi realizada na última sexta-feira, em Benavila. No início, houve um período aberto à população, durante o qual foram colocadas as suas preocupações e transmitidas as suas opiniões sobre o problema da insegurança. Após a auscultação da população e dados os esclarecimentos necessários, a reunião foi encerrada ao público. Seguidamente, deu-se início aos assuntos da ordem de trabalhos. O Secretário do Conselho prestou a informação que, no âmbito do Projeto Vida, foi convidado o CRI (Centro de Respostas Integradas) de Portalegre a indicar o seu representante a integrar este Conselho. No mesmo sentido, e, no âmbito da violência doméstica, foi convidada a NAVVD (Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica) de Portalegre, a qual informou que a área territorial do Município de Avis irá passar a estar na dependência da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), estando previsto para muito em breve, a sua instalação para o efeito, pelo que, fará todo o sentido ser um representante da APAV, no futuro, a integrar este Conselho, ficando ainda decidido solicitar ao Centro Regional da Segurança Social de Portalegre que nomeie o seu representante, assim como solicitar à Fundação Abreu Callado autorização para entrada de máquinas destinadas a intervenções de limpeza de vala junto à vacaria - recinto designado por Feiras e Mercados.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião anterior.

2 – RESUMO DIÁRIO

Foi presente, para conhecimento, o resumo diário do dia dezassete de Março de dois mil e dezassete que acusava os seguintes saldos:

- Contas bancárias	1.114.475,60€
- Fundos de maneiio	6.000,00€
- Em cofre	1.752,72€

3 – CORRESPONDÊNCIA

A Câmara apreciou e tomou conhecimento da seguinte correspondência digna de nota e de ser presente à reunião:

a) Uma carta da ASRPICA - Associação de Solidariedade de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Avis convidando o Executivo para o almoço de aniversário, a realizar no próximo dia 31 de Março de 2017, no Pavilhão Multiusos de Benavila.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o convite formulado pela ASRPICA.

b) Uma comunicação da Escola Superior de Saúde de Portalegre solicitando autorização para que os estudantes Ângelo Rosado e Luís Palma realizem o seu estágio curricular no Município de Avis, com início a 6 de Março de 2017 e epílogo a 7 de Julho de 2017, o qual não tem qualquer custo para a Autarquia.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a aceitação dos estágios solicitados.

c) Uma comunicação de Hélder Custódio e Luís Pirralho solicitando o seguinte apoio para a 6.ª Expedição ao Montado, cuja partida será a 29 de Abril de Avis:

- Receção dos participantes no Salão Nobre;
- Visita a locais de interesse do Centro Histórico;
- Impressão de *roadbooks* do passeio;
- Disponibilização de material promocional do Município para apresentação na FIL, em

Abril.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado, enquadrando-se o mesmo no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de Setembro.

d) Uma comunicação do Centro de Acolhimento Temporário da Cruz Vermelha Portuguesa/Delegação de Vale de Cambra solicitando a cedência de alojamento, bem como a concessão de refeições através de instituições ou da Freguesia e/ou local para os próprios confeccionar, para cerca de 18 pessoas, no período entre 10 e 13 de Abril.

DELIBERAÇÃO: Devido ao facto da equipa inglesa de remo da Universidade de Londres se encontrar a ocupar os apartamentos do Parque de Campismo, entre 05 e 14 de Abril, a Câmara deliberou, por unanimidade, disponibilizar o Pavilhão Multiusos de Benavila para dormidas e confeção de refeições, enquadrando-se este apoio no disposto na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de Setembro.

e) Uma carta de João Carlos Castro Milheiras solicitando o termo do contrato referente à cessão de exploração do snack-bar, self-service e minimercado do Parque de Campismo da

Albufeira do Maranhão, pelo facto de não existirem, atualmente, pessoas que justifiquem a sua abertura. Solicita também, que o contrato assinado em 17 de Junho de 2014 fique sem efeito a partir do dia 03 de Fevereiro de 2017.

O Senhor Presidente propôs, de acordo com o parecer jurídico, que o cessionário procedesse ao pagamento das prestações apenas referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o termo do contrato em causa, no final do mês de Fevereiro de 2017, e aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

4 – AJUSTES DIRETOS

O Senhor Presidente informou que foram realizados os seguintes ajustes diretos:

4.1 – AJUSTES DIRETOS

4.1.1. De acordo com o artigo 112.º e s.s do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação:

- P.º N.º 4/2017 – Fábio Gabriel da Silva Piteira - Até 85 almoços – Comemorações do dia 25 de Abril;

- P.º N.º 5/2017 – Jorge Fernandes, Lda. - Impressão de 2100 boletins municipais – Feira Medieval Ibérica; 6300 boletins municipais;

- P.º N.º 7/2017 – Memória Medieval - Granitos Unipessoal, Lda. - Aquisição de 50.000 cubos de granito.

4.2 – AJUSTES DIRETOS - REGIME SIMPLIFICADO

4.2.1. De acordo com os artigos 128.º e 129.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação:

- P.º N.º 62/2017 – Deomitília Carrilho - Aquisição de 85 gerberas;

- P.º N.º 63/2017 – Grafinal - Artes Gráficas, Lda. – Aquisição de 1 livro de registo de processos de vistoria;

- P.º N.º 64/2017 – Carmina Rodrigues - Aquisição de pilhas;

- P.º N.º 65/2017 – Papelavis - Artigos de Papelaria, Lda. – Aquisição de revistas e jornais para a Biblioteca José Saramago;

- P.º N.º 66/2017 – André Machado dos Santos Andraus - Workshop;

- P.º N.º 67/2017 – Electro Carraminho, Lda. - Aquisição de peças e reparação do ar condicionado do autocarro;

- P.º N.º 68/2017 – Carmina Paulino Rodrigues - Aquisição de 2 torradeiras;

- P.º N.º 69/2017 – Auto Sueco, Lda. - Reparação do carro do lixo;

- P.º N.º 70/2017 – Rosado Vidros, Unipessoal, Lda. - Aquisição de 1 vidro para a porta da viatura Mitsubishi;

- P.º N.º 71/2017 – IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública – 3 inscrições na formação “Lei do Orçamento de Estado 2017: ainda as Aquisições de Serviços”;

- P.º N.º 72/2017 – Imprimejo - Artes Gráficas, Lda. – Aquisição de 1 carimbo;

- P.º N.º 73/2017 – Universidade de Évora - Inscrição no 1.º Congresso Internacional de Redes Sociais;

- P.º N.º 74/2017 – Espaço Mecânico, S.A. - Aquisição de 1 sensor de pressão de óleo do motor para a retro escavadora 15-OE-20;

- P.º N.º 75/2017 – Rádio Portalegre, CRL - Publicidade na rádio Portalegre;

- P.º N.º 76/2017 – Somefe, Lda. - Aquisição de 20 tampas de ferro fundido;

- P.º N.º 77/2017 – Município de Sousel - Utilização da piscina;

- P.º N.º 78/2017 – José Manuel Chambel - Aquisição de material diverso;

- P.º N.º 79/2017 – Carlos Manuel Rodrigues Maceira - Reparação da bomba injetora da viatura Toyota, de matrícula 98-11-VI;

- P.º N.º 80/2017 – Silkcam - Film And Vídeo Gear, Lda. – Gravação da prova - “Head of the Cork”;

- P.º N.º 81/2017 – Absolutus Audiovisuais e Informática, Lda. - Aluguer de equipamento de alta definição – “Head of the Cork”;

- P.º N.º 82/2017 – Worten - Aquisição de equipamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

5 – DESPESAS

O Senhor Presidente informou que foram assumidas despesas no valor de 156.341,94€ (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e um euros e noventa e quatro cêntimos).

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

6 – PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou que foram efetuados pagamentos no valor de 303.837,67€ (trezentos e três mil, oitocentos e trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos).

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento.

7 – PROPOSTA PARA OFERTAS NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA

Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta da Técnico Superior, Manuela Espinho, para que, durante a BTL, que decorreu de 15 a 19 de Março, fosse:

- Organizado sorteio de uma estada no Parque de Campismo da Albufeira do Maranhão, que consiste na oferta de duas noites para duas pessoas, a usufruir no período entre 01 de Abril e 31 de Maio de 2017 (exceção do período da Páscoa) e entre 23 de Setembro e 30 de Novembro de 2017, em apartamentos tipologia T0 ou T1 (sorteio dia 21 de Março de 2017);

- Distribuído material promocional do Município de Avis, *merchandising* e outro material promocional dos vários agentes e empresários turísticos do Concelho de Avis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a oferta retro referida.

8 – EMPREITADA DE “INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DA ZONA HE3 DO PU DE AVIS - 2.ª FASE”/LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que, no dia 03 de Março de 2017, foi efetuada a vistoria para receção definitiva da empreitada de “Infraestruturas Elétricas da Zona HE3 do PU de Avis - 2.ª Fase”, adjudicada a Canas - Engenharia e Construção, S.A..

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, restituir ao empreiteiro as quantias retidas como garantia e promover a extinção da caução prestada, uma vez que estão reunidas as condições para o efeito.

9 – EMPREITADA DE “CONVENTO DE S. BENTO - CONSERVAÇÃO DA CASA DO PRIOR-MOR/HOSPERARIAS”/TRABALHOS DE REPARAÇÃO

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que a empreitada de “Convento de S. Bento - Conservação da Casa do Prior-Mor/Hospedarias” foi recebida, a título provisório, em 11 de Abril

de 2013. Tendo sido detetado um defeito nas infraestruturas elétricas das instalações sanitárias públicas, foi enviada, em 12 de Fevereiro de 2014, notificação ao administrador de insolvência da “Massa Insolvente de Reilima - Sociedade de Construções, Lda.”, no sentido de serem corrigidas as anomalias. Apesar da correspondência posterior trocada, não foi dado cumprimento à notificação.

Para efetuar a reparação em causa, os trabalhos foram adjudicados a J.C. Bartolomeu - Instalações Eléctricas, Lda., pelo valor de 2.012,82€ + IVA de 6%.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, recorrer à caução prestada pela empresa Reilima - Sociedade de Construções, Lda. para pagamento dos custos inerentes à reparação.

10 – EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE ALCÓRREGO”/TRABALHOS DE REPARAÇÃO

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que as obras respeitantes à empreitada de “Requalificação do Jardim de Alcórrego” foram executadas pela empresa “VALJARDIM - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.”. Desde Julho de 2010, data em que foi identificada uma anomalia nas instalações de iluminação, que o adjudicatário tem vindo a ser intimado a corrigir as anomalias, sem que tenha dado cumprimento às notificações.

Para efetuar a reparação em causa, os trabalhos foram adjudicados a J.C. Bartolomeu - Instalações Eléctricas, Lda., pelo valor de 891,18€ + IVA de 6%.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, recorrer à caução prestada pela empresa VALJARDIM - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda. para pagamento dos custos inerentes à reparação.

11 – COMISSÕES DE VISTORIA (OBRAS)

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que na reunião de Câmara de 23 de Outubro de 2013 foi aprovada a constituição das diversas comissões de vistoria em matérias relacionadas com urbanismo e atividades económicas, mas no que respeita aos empreendimentos turísticos, não foram identificados nominalmente os membros efetivos e suplentes na área de Turismo a integrar a comissão que realiza as auditorias de classificação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, designar as Técnicos Superiores, Paula Cita Vilela Tapadas Bento (membro efetivo) e Maria Manuela da Silva Casalou Espinho (membro suplente), para integrar a Comissão de Auditoria de Classificação de Estabelecimentos Turísticos.

12 – PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

O Senhor Presidente propôs que este assunto fosse discutido em próxima reunião.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

13 – CANDIDATURA: “CURSOS E PERCURSOS DE ÁGUA - DO ENGENHO À NECESSIDADE -1.ª FASE”

O Senhor Presidente propôs que fosse apresentada a candidatura “Cursos e percursos de água - do engenho à necessidade - 1.ª fase”, inserida no âmbito do património natural e cultural (Alentejo 2020).

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, apresentar a candidatura indicada e aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e programa de concurso.

14 – PRÉVIA COMUNICAÇÃO ESCRITA - ARTIGO 36.º, LEI 107/2001

14.1 – PERMUTA

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando, na sequência de solicitação da notária Maria Cristina Marques da Cruz Manso para efetuar prévia comunicação escrita de permuta entre Rosa Maria Telles Boudry de Carvalho Vacas de Carvalho e Raúl Telles Boudry de Carvalho e mulher Isabel Cristina Antunes Álvares de Moura Boudry de Carvalho sobre prédios localizados nos Municípios de Avis e de Alter do Chão (em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei 107/2001, de 08 de Setembro, e face ao disposto no n.º 1 do artigo 38.º do mesmo diploma legal), que não se identifica a existência de bens nas condições previstas no disposto no artigo 36.º nos prédios situados no Município de Avis, pelo que não se reconhece qualquer utilidade na comunicação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer emitido pelo Diretor do Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.

14.2 – DIVISÃO DE COISA COMUM

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando, na sequência de solicitação da notária Maria Cristina Marques da Cruz Manso para efetuar prévia comunicação escrita de divisão de coisa comum entre Rosa Maria Telles Boudry de Carvalho Vacas de Carvalho e Raúl Telles Boudry de Carvalho sobre prédio localizado no Municípios de Avis (em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei 107/2001, de 08 de Setembro, e face ao disposto no n.º 1 do artigo 38.º do mesmo diploma legal), que não se identifica a existência de bens nas condições previstas no disposto no artigo 36.º no dito prédio, pelo que não se reconhece qualquer utilidade na comunicação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer emitido pelo Diretor do Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.

15 – CERTIFICAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO/EMPARCELAMENTO

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que a requerente Maria Teresa Milheira Rodrigues da Silva apresentou, primeiramente, pedido de certificação que ateste a natureza pública de um caminho situado na União das Freguesias de Alcórrego e Maranhão e, posteriormente, solicitação relativa ao emparcelamento de três prédios rústicos, inscritos na matriz sob os artigos 73, 74 e 75, todos da secção 1E da União das Freguesias de Alcórrego e Maranhão.

O caminho público em causa não consta do cadastro das vias classificadas como estrada ou caminho municipal e não existe registo acerca do mesmo ter sido produzido pelo Município

nem que tenha sido objeto de ações de conservação ou gestão de iniciativa municipal. De acordo com a doutrina e jurisprudência, o reconhecimento do eventual caráter público do caminho deverá assegurar que o mesmo “está desde tempos imemoriais no uso direto e imediato do público para satisfação de interesses coletivos de certo grau ou relevância”. Não é possível verificar o cumprimento de tais requisitos. Relativamente ao emparcelamento, extrai-se que a operação solicitada configura um emparcelamento e simultâneo fracionamento de prédios rústicos, mas o que se pretende é a transformação dos atuais três prédios em dois, utilizando como divisória o pretense caminho público.

DELIBERAÇÃO: Não sendo possível aferir a questão do eventual uso direto e imediato do público desde tempos imemoriais, e por não se tratar do emparcelamento simples tipificado na Lei n.º 111/2015, de 27 de Agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com o parecer do Diretor do Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, não reconhecer condições, no âmbito das competências da Câmara Municipal, para a certificação do caminho público e para o emparcelamentos dos prédios rústicos, pretensões requeridas por Maria Teresa Milheira Rodrigues da Silva.

16 – ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA DELIMITAÇÃO DA REN/CAVALINHOS FLORESTAL, S.A.

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos no qual é feita uma reavaliação da decisão proferida, no âmbito do processo referente ao pedido de informação sobre o enquadramento, os requisitos e as condições aplicáveis à construção de edifício para apoio à atividade agrícola, pecuária e florestal, a implantar junto ao núcleo edificado do Monte de Cavaleiros, integrado na Herdade de Cavaleiros, União das Freguesias de Benavila e Valongo, na sequência de pretensão requerida por Cavalinhos Florestal, S.A.. O local da operação urbanística insere-se em espaço integrado na Reserva Ecológica Nacional (REN).

Perante a não aprovação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), em sede de conferência decisória, em viabilizar a execução da nova operação urbanística, cabe à Câmara Municipal apresentar uma proposta de desafetação da REN, com caráter excecional, de forma a viabilizar a pretensão ora reiterada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, e, de acordo com o parecer do Técnico Superior, João Pedro Amante, apresentar junto da CCDR Alentejo proposta de alteração simplificada da REN.

17 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE/RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 20, EM BENAVIDA

Pelo Senhor Presidente foi presente documento do DOUSU - Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos comunicando que, em cumprimento do despacho datado de 10 de Janeiro de 2017 e a requerimento de Balbina Rosa Alves Clara Casaca, foi efetuada vistoria ao edifício sito na Rua Miguel Bombarda, n.º 20, em Benavila. Face às conclusões da Comissão de Vistoria, as patologias verificadas têm origem no prédio contíguo, correspondente ao n.º 18 da mesma rua, tendo em conta o estado de degradação evidenciado por este.

DELIBERAÇÃO: Considerando que, apesar do mau estado de conservação não se regista risco eminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, a Câmara deliberou, por unanimidade, determinar a vistoria ao prédio n.º 18 da Rua Miguel Bombarda, bem como identificar o proprietário para efeitos de futuras notificações, e dar conhecimento à requerente Balbina Rosa Casaca acerca das diligências processuais ocorridas e previstas.

18 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE/RUA JOAQUIM DE FIGUEIREDO, N.ºs 7 E 9, EM AVIS

O Senhor Presidente propôs que fosse efetuada vistoria ao edifício sito na Rua Joaquim de Figueiredo, n.ºs 7 e 9, em Avis, com vista a verificar as condições de segurança e salubridade respetivas. Propôs, igualmente, efetuar as pesquisas habituais com vista à identificação do proprietário para efeitos de futuras notificações.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

19 – CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR, SELF-SERVICE E MINIMERCADO DO PARQUE DE CAMPISMO DA ALBUFEIRA DO MARANHÃO

Pelo Senhor Presidente foi presente proposta de programa de concurso que tem por objeto a cessão de exploração do snack-bar, self-service e minimercado do Parque de Campismo da Albufeira do Maranhão bem como o clausulado jurídico a incluir no contrato de cessão de exploração.

DELIBERAÇÃO: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.

Foi nomeado um grupo de trabalho composto pelos trabalhadores deste Município, a seguir indicados, para acompanhamento, análise e proposta de deliberação: Ana Balão, Anabela Calhau Pires, Paula Bento e Manuela Espinho.

C) PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público presente na reunião.

D) APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, no final da reunião, aprovar em minuta, os seguintes pontos da ata: B)3, alíneas a), d) e e); B)11; B)13 e B)19.

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e quinze minutos, de tudo para constar se lavrou a presente ata.

E eu, _____, Coordenador Técnico, em mobilidade interna, inter-categorias, exercendo atividade na Divisão de Administração Geral do Município de Avis, para o efeito designado por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado do dia dois de Junho de dois mil e dezasseis, a lavrei, subscrevo e assino.